

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE VINHO NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA-RS

Vivien DIESEL ¹, Gerardo J. G. ZARZA ², Pedro Selvino NEUMANN ³, Paulo R. Cardoso da SILVEIRA ⁴,
Fernanda LERNER ⁵, Luis Antonio dos Santos de Freitas ⁶

¹ UFSM, Dep. Extensão Rural, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil /CCR, vivien@ccr.ufsm.br

² UNESP- Botucatu, Curso de Agronomia; Estagiário no DEAER/UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil gerardo_galeano@hotmail.com

³ UFSM, Dep. Extensão Rural/CCR, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil psneumann@smail.ufsm.br

⁴ UFSM, Dep. Extensão Rural/CCR, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil rs071773@via-rs.net

⁵ UFSM, Curso de Agronomia, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil nanda_le00@yahoo.com.br

⁶ UFSM, Curso de Eng. Florestal, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil luisdefreitas1@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma caracterização do perfil dos produtores de vinho na região conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana. A coleta de dados buscou a caracterização geral do núcleo familiar, do sistema de produção e das especificidades da produção agroindustrial. Os resultados do estudo demonstram que as propriedades responsáveis pela produção do vinho possuem uma área total que varia de 4,8 a 80 ha, destinam uma área de 0,5 a 2 ha para o cultivo da uva e o associam à cultivos diversos, sendo mais frequentes o fumo, milho, feijão e soja. Outra característica das unidades pesquisadas é que a produção agropecuária não é a única fonte de renda para a maioria das famílias. No que se refere à produção agroindustrial, pouco menos que a metade dos produtores produzem exclusivamente vinho enquanto que o restante associam a produção de vinho à cachaça ou outros produtos. Evidencia-se que o ano de início da produção de vinho é variável, sendo que a maioria iniciou após 1990, baseia-se em receita de origem familiar a qual, eventualmente, é aperfeiçoada através de cursos. A grande maioria das unidades utiliza-se exclusivamente de uva própria, sendo raros os casos que complementam com compra de terceiros. As quantidades de vinho produzidas variam de 300 a 10.000 litros, com a maioria produzindo até 3.000 litros/ano. A comercialização do vinho nas unidades pesquisadas se faz predominantemente por meio de venda direta ao consumidor, que busca o produto na propriedade. Assim, observa-se que a produção de vinho na Quarta Colônia é realizada em escala artesanal, com comercialização eminentemente informal e está associada a outras atividades geradoras de renda. A produção de vinho se mostra dinâmica na medida em que novos agricultores vem se inserindo na atividade e realizam cursos para aperfeiçoar a qualidade do produto.

Palavras-Chave: Agroindústria familiar, vinho, Quarta Colônia

INTRODUÇÃO

Os agricultores familiares têm sofrido diversas dificuldades, entre elas se encontra a falta de apoio às suas estratégias econômicas por parte de entes estatais e federais. Este é o caso dos agricultores da Quarta Colônia, que abrange os municípios de Pinhal Grande, Nova Palma, Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine, Agudo e Restinga Seca no Rio Grande do Sul.

A falta de uma política de desenvolvimento sustentável eficiente que englobe estas comunidades fez com que cada agricultor buscasse uma alternativa distinta de reprodução econômica. Atualmente, alguns projetos vem surgindo e tentam criar novos horizontes para o desenvolvimento da região. As entidades de abrangência microrregional como o CONDESUS (Consortio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) e os COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) têm se tornado em uma das principais peças no desenvolvimento rural da região da Quarta Colônia (ITAQUI, 2002; FROELICH; ALVES, 2005). Estas entidades atuam através de incentivos para a elaboração de pesquisas que permitam um maior entendimento dos processos de produção da região com seus problemas e

potencialidades e pela realização de ações com vistas a consolidar estratégias coletivas. Atualmente, há um interesse em investigar as possibilidades de promoção das agroindústrias familiares de produtos coloniais. Isto requer, num primeiro momento, um programa de caracterização da produção, que revele a realidade do produtor, com seus problemas e potencialidades. Este objetivo geral foi integrado no projeto de pesquisa “Diagnóstico e Cadastro das Unidades de Produção de Hortifrutigranjeiros e de Produtos Coloniais da Microrregião da Quarta Colônia e Estudo Regional de Mercado na Região Central do Estado”, financiado pela FAPERGS. O presente trabalho faz parte do mencionado projeto e refere-se a caracterização do perfil dos produtores de vinho na Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

No presente trabalho realiza-se, inicialmente, uma revisão bibliográfica sobre a relação da agricultura familiar com agroindústria e, posteriormente, caracteriza-se o perfil do produtor de vinho na região da Quarta Colônia.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA

Devido ao processo histórico de sua formação, a estrutura social do meio rural brasileiro apresenta-se como altamente heterogênea. É neste contexto que operam as políticas públicas, afetando diferencialmente os produtores rurais conforme suas características.

Como ressaltam diversos autores, a intensificação da produção capitalista, apoiada pelo Estado desde o pós-guerra, trouxe sérias consequências ao meio rural, não apenas do ponto de vista técnico-econômico, em decorrência do novo padrão tecnológico difundido, mas principalmente no que tange às transformações nas relações de produção vigentes no setor primário. Do ponto de vista externo e à luz das teorias desenvolvimentistas, a pobreza rural seria vencida com a incorporação do progresso técnico, o qual, aumentaria a produtividade, e conseqüentemente, elevaria a renda das populações pobres. A tecnologia estava disponível por parte dos países centrais. As máquinas, já em uso desde o século XIX, somavam-se os fertilizantes, os defensivos químicos desenvolvidos no período pós-guerra e, mais recentemente, a seleção genética de sementes e matrizes animais.

Para a política interna brasileira, a meta era “50 anos em 5” e se, até então, a agricultura era, no modelo agrário-exportador, a principal geradora de divisas, mantinha-se este papel pois compreendia-se que caberia ao setor primário, além do aumento das exportações para sustentar a importação dos bens de capital, fornecer alimentos a custos baixos para o meio urbano, de forma a não comprometer a acumulação no setor industrial, fornecer a mão de obra necessária à indústria que se instalava e ainda o abastecimento de matérias primas para as agroindústrias processadoras. Atribuía-se ao setor primário, também o papel dinamizador do setor industrial, fornecedor de máquinas e insumos agrícolas, ou seja, deveria constituir-se num mercado para os produtos da indústria destinada à agricultura. Criou-se, assim, um vínculo “indissolúvel” da produção agrícola com a produção agroindustrial, especialmente com relação as culturas de exportação. (MIOR, 2005)

Os agricultores familiares foram parcialmente inseridos neste novo contexto. Produtores com melhores terras e condições puderam inserir-se na produção de exportáveis (como soja ou café) enquanto outros (situados em áreas marginais ou com poucos recursos) ficaram excluídos.

Para uma parte destes produtores não integrados na produção de exportáveis, apresentou-se a alternativa de produzir matérias primas para as grandes agroindústrias processadoras de alimentos que então se formavam. Neste contexto Wilkinson apud MIOR (2005) argumenta que a reprodução da unidade familiar de produção agrícola não se daria em função da sua superioridade técnico-econômica e, sim, porque ela seria a estrutura social que mais converge com o esquema técnico produtivo e econômico das estruturas agroindustriais. MIOR (2005) ressalta que, em seus trabalhos mais recentes, Wilkinson tem defendido ainda que a agricultura familiar deveria vir a ocupar um lugar de destaque em processos autônomos de agroindustrialização, como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. Dentro deste escopo é que levanta-se a necessidade de políticas públicas em favor das várias formas de agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até mercado de nicho, produtos orgânicos e de qualidade diferenciada. PREZOTTO (2000; 2002) ressalta as dificuldades que as agroindústrias familiares tem enfrentado devido à inserção em um contexto institucional julgado desfavorável à sua consolidação.

Muitos autores defendem que a revitalização da agricultura familiar requer políticas diferenciadas, de corte territorial. Segundo Gasques e Villa Verde (1997) apud MIOR (2005) as políticas agrícolas e seus principais componentes podem ser assim classificados: Grupo 1- Melhoria da produtividade e da

Competitividade; Grupo 2- Suporte ao Setor Agrícola; Grupo3- Política Fundiária; Grupo 4- Políticas regionais Programas/ Projetos de Desenvolvimento Rural e Grupo 5-Política de produtos. Os autores colocam que até os anos 90, apenas dentro do grupo das políticas regionais existia algum espaço para políticas mais abrangentes, voltadas ao desenvolvimento do meio rural. Além do pouco espaço para ações voltadas para o meio rural, o montante de recursos sempre foi pequeno face aos outros tipos de políticas. O volume de recursos alocado para cada um dos cinco grupos de políticas foi decrescente na ordem da listagem. Ainda, as políticas agrícolas eram formuladas de forma descendente, restando pouco espaço de manobra para os agentes regionais e locais participarem efetivamente da formulação de programas e projetos do seu interesse.

Recentemente tem havido maior preocupação com implementação de políticas de corte territorial. Em geral nestas preconiza-se a valorização dos atributos do território. MALUF (2004) defende que políticas públicas em favor do fortalecimento de circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo poderiam agregar valor às matérias-primas produzidas na agricultura familiar e assim constituir um eixo estratégico de desenvolvimento, favorecendo programas de implantação de agroindústrias familiares. Em áreas de origem colonial há oportunidade de “centrar” uma política de desenvolvimento sobre as agroindústrias familiares como espaço de produção diferenciada, atendendo as crescentes demandas sobre os produtos “coloniais”, “artesanais” ou “naturais”(MALUF,2004).

3. A PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA

Historiadores colocam que data da metade do século XVIII, a chegada dos primeiros casais açorianos no Estado. A economia gaúcha baseada até então no comércio do gado chucro, que era arrebanhado para São Paulo e posteriormente levado à região das minas justamente com o rebanho muar, importantes respectivamente para o consumo e transporte, teria uma retração em função das decadência das minas, no final do século XVIII. Mas muito tempo depois, caberia aos alemães, com a ocupação de terras virgens e a formação de colonato forte, neutralizar o poder das oligarquias regionais que haviam fortalecido enormemente com o ciclo de charque da economia gaúcha e, do café no sudeste e ainda o abastecimento dos gêneros alimentícios, historicamente atribuídos à pequena propriedade.

Quanto aos imigrantes italianos, sua vinda para o sul relaciona-se à produção para o abastecimento interno estando associado também à atração de maiores fluxos migratórios para o país, destinados às lavouras de café de São Paulo. Isto porque o acesso a uma colônia de terra no sul e as condições ambientais semelhantes àquelas do lugar de origem, levava os imigrantes aqui estabelecidos a chamarem familiares e amigos. Devido à chegada massiva dos imigrantes italianos para a região da atual Caxias do Sul, o estado concedeu uma outra região para o estabelecimento destes colonos, conformando o que seria a Quarta Colônia de Imigração Italiana.

A região da Quarta Colônia localiza-se numa área de transição agroecológica. Quanto ao relevo, ao sul destacam-se as planícies aluviais de topografia plana passando, na parte intermediária, à expressiva região serrana, cuja encosta é um prolongamento da Serra Geral, com as denominações locais de Serra de São Martinho e Serra do Pinhal, estas com altitudes que oscilam entre 40 e 500 metros mais ou menos. Ao norte a formação basáltica da região serrana irá formar o extrato dos “campos de cima da serra”, ao norte da região.

Conforme descreve CALLEGARO (1989) a necessidade de auto-sustentação e o passado recente como agricultores no norte da Itália levaram as famílias ao cultivo imediato de gêneros de subsistência. Sendo assim, as famílias destacavam-se pelo cultivo de milho, feijão, trigo e, paralelamente, desenvolveu-se a criação de animais domésticos. Tudo era realizado na família, desde o cultivo, colheita até o beneficiamento final. Este tipo de exploração, basicamente de subsistência estende-se aproximadamente até meados do século XX e, a partir desta época, a exploração comercial começa a se definir, tendo em vista a demanda do mercado. Diversas culturas como o milho e o trigo são cultivados e comercializados pela grande maioria dos produtores da região. A memória de alguns moradores relata que é deste período o cultivo de cana para a produção artesanal de cachaça. O segundo passo na transformação da produção local foram os moinhos coloniais, eles se espalhavam na região, realizando as atividades próprias de beneficiamento, para depois o produto ser reutilizado pelos colonos e também vendido nos mercados. Conforme relata PESAVENTO (1983) as pequenas agroindústrias locais tiveram sua sobrevivência ameaçada a medida em que conformaram-se as grandes agroindústrias que definiram um marco legal que lhes é favorável e competiram com as pequenas no mercado local e regional.

3.1. A organização da produção na agricultura familiar.

O aspecto da produção alimentar na pequena propriedade é um traço característico até os dias atuais, tendo em vista a questão da sobrevivência familiar estar diretamente associada à diversidade de atividades na unidade familiar. Com isto, muitos traços culturais ligados à economia camponesa, que muitos julgam em extinção, evidenciaram, na verdade sua permanência no cotidiano familiar por constituírem, ainda hoje, estratégias de economia familiar. Assim, as unidades familiares conformam organizações produtivas diversificadas e complexas quanto às suas relações internas. Neste contexto, o conceito de sistema de produção adapta-se para simular a estrutura da unidade produtiva familiar. Dufumier apud GARCIA FILHO (sd) define sistema de produção como uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção da produções animais e vegetais.

Considera-se que a atividade produtiva principal, geradora de renda, é, de certo modo, condicionada às características agroecológicas do local onde se situa sua unidade produtiva e a disponibilidade de fatores. Assim, na várzea encontram-se produtores comerciais de arroz, no reborde o fumo é uma das culturas com maior destaque comercial e no planalto destaca-se o cultivo de soja e criação animal gerando-se diferenças nos perfis municipais conforme descreve NEUMANN (2004). Além das culturas como o fumo, o milho, a soja, o arroz, etc, a abertura de novos espaços em feiras livres, resultou em incremento especialmente no cultivo de hortifrutigranjeiros, ressaltando-se, em algumas unidades, a produção de alface, cenoura, beterraba, pimentão, pepino, repolho, couve, rabanete, rúcula, ervilha, salsa, salsinha. A produção de frutas foi incentivada e ainda é incipiente, centrando-se principalmente nos citros e na uva para produção de vinho, mas também são cultivados mamão, pêssego, goiaba, figo, caqui, banana, ameixa e pêra entre outros.

No que se refere à criação animal, os produtores utilizam-na principalmente para subsistência, comercialização e industrialização (leite) ou para trabalho (animais de tração, como eqüinos, e bovinos). Os suínos são utilizados para a produção de salame, presunto, etc., da criação de aves têm-se a carne e a venda de ovos. Alguns produtores agregam a produção de peixes e abelhas aos seus sistemas de produção sendo que o mel é vendido nas diversas feiras da região.

Dentre a diversidade de atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares inclui-se, desde os primórdios, o processamento doméstico de matérias-primas de origem agropecuária. Esta produção foi orientada, historicamente, primordialmente ao auto-consumo com venda de excedentes (ZAGO, 2002). Atualmente, a produção agroindustrial na Quarta Colônia se caracteriza pela produção em pequena escala de diversos produtos. A cana se destaca devido a que é utilizada para a produção de cachaça e eventualmente melado ou açúcar mascavo, sendo que algumas famílias a tem como principal fonte de renda. A uva é principalmente utilizada para a produção de vinho, e o cultivo de frutas para a venda ou elaboração de chimias, geléias, e diversos tipos de doces. A elaboração de pães, bolachas, cucas, etc, também se destaca na região, e estes produtos são vendidos em feiras livres e pequenos mercados, sendo que alguns conseguem chegar às prateleiras de supermercados da região.

3.2. A produção agroindustrial de vinho na Quarta Colônia

A caracterização do perfil do produtor de vinho é feita com base em dados cadastrais coletados mediante entrevista a produtores rurais durante o primeiro semestre de 2005. A coleta de dados foi prevista no projeto de pesquisa "Diagnóstico e Cadastro das Unidades de Produção de Hortifrutigranjeiros e de Produtos Coloniais da Microrregião da Quarta Colônia e Estudo Regional de Mercado na Região Central do Estado", financiado pela FAPERGS. Este projeto prevê a caracterização dos sistemas de produção dos agricultores familiares interessados em participar de um programa de desenvolvimento regional centrado na comercialização de hortigranjeiros e produtos coloniais. Os agricultores foram indicados pelas prefeituras e aplicou-se a eles um mesmo modelo de questionário para fins de cadastro. O questionário contém campos que tratam da identificação da unidade de produção e as suas características, benefícios recebidos pela família, benfeitorias, máquinas e equipamentos, como também a avaliação de outras fontes de renda. Inclui as atividades produtivas desenvolvidas (agrícola, de hortifrutigranjeiros, a produção animal, bem como a agroindústria caseira). No aspecto específico da produção agroindustrial foram avaliadas as peculiaridades do processo de produção começando desde a seleção de sementes para o cultivo até a obtenção do produto final, e sua inserção no mercado. No

presente trabalho utilizam-se, apenas, os dados referentes aos produtores de vinho identificados no levantamento.

Foram identificados 13 produtores de vinho, que tem suas unidades produtivas nos municípios de Silveira Martins, Nova Palma, Ivorá, Agudo e Dona Francisca.

As características dos sistemas de produção dos entrevistados são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Características gerais dos sistemas de produção dos produtores de vinho da Quarta Colônia, RS.

Caso	Área total (ha)	Composição da família	Atividades comerciais e fontes de renda	Agroindústria
1.	30	Núcleo + 2 idosos e 1 filho	Fumo, feijão, milho, soja	Cachaça e vinho
2.	22	Núcleo + 2 filhos+ idoso	Feijão, uva de mesa e rendas não agrícolas	Vinho
3.	80	Proprietário+ idoso + irmão	Produção de leite	Vinho
4.	46	Núcleo	Soja em grão e leite	Cachaça, vinho e salame
5.	54	Núcleo+2 filhos	Soja, feijão, milho, laranja, gado de corte	Cachaça e vinho
6.	10,5	Núcleo+ 1 filho	Fumo, uva de mesa, rendas de aposentadoria	Vinho
7.	23	Proprietário+2 filhos +dependente+neto	Rendas não agrícolas, uva para mesa	Vinho
8.	4,8	Núcleo+ idoso	Hortigranjeiros, Frutíferas, renda não agrícola	Vinho e vinagre
9.	31	Núcleo+ 2 filhos + pais+ irmão	Fumo e rendas não agrícolas	Cachaça e vinho
10.	42,7	Núcleo+ filho+ pais + cunhado+ irmã	Fumo, milho, bergamotas, leite, ovos e rendas não agrícolas	Vinho, queijo e vinagre
11.	27	Núcleo+filho+sogros	Fumo, feijão, soja, cana, milho, abóbora, batata doce, batata inglesa, mandioca, cebola, feijão, tomate, hortigranjeiros e leite	Salame, vinho e geléias
12.	42	Núcleo+ 3 filhos	Fumo, soja em grão, feijão, milho, leite e rendas não agrícolas	Vinho e açúcar mascavo
13.	40.	Núcleo+ pais+ 2filhos	Fumo, milho, laranja, bergamota e rendas não agrícolas	Cachaça e vinho

Os resultados do estudo demonstram que nas propriedades responsáveis pela produção do vinho a produção agropecuária não é a única fonte de renda do grupo familiar, pois sete (7) entrevistados declaram que membros da família exercem outras atividades fora da unidade produtiva ou recebem benefícios como aposentadoria.

Os produtores de vinho possuem uma área total que varia de 4,8 a 80 ha (com média de 34,84 ha) mantendo nela sistemas de produção diversificados, como evidencia a Figura 1.

Localização: Linha Simonetti-Ivorá Área Total: 42,7 ha (distribuídos em 3 lotes: 5,5 há + 4,2 há + 33 há).

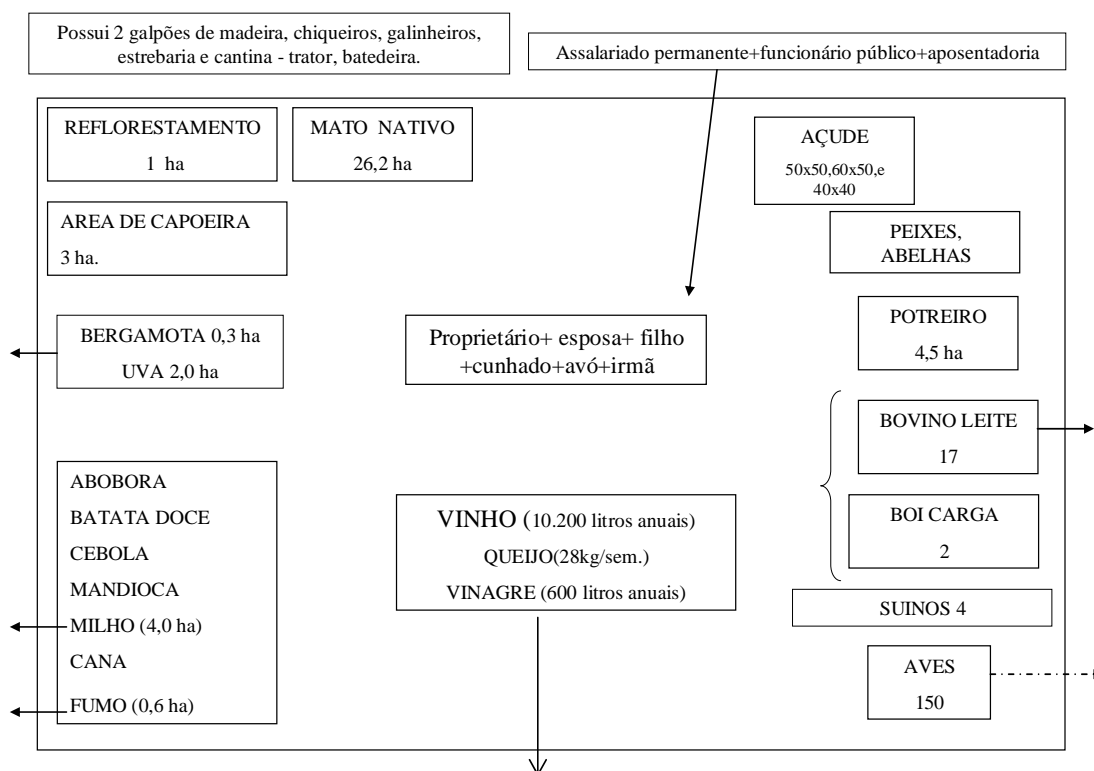


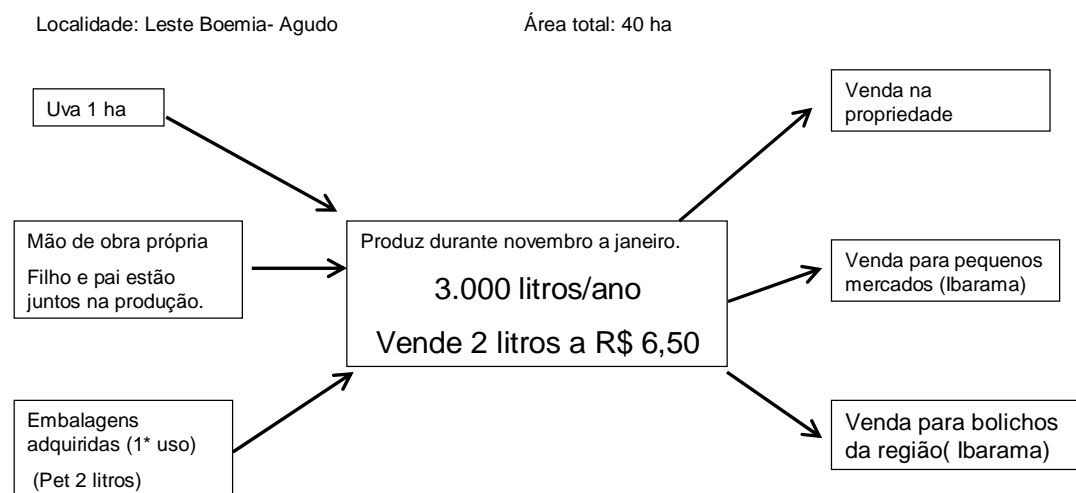
Figura 1: Representação esquemática do sistema de produção de um produtor de vinho entrevistado na Quarta Colônia, RS.

Observa-se que, embora os produtores engajem-se na produção de cultivos comerciais, tendem a manter produção para subsistência. Ou seja, os pequenos produtores que tem como fonte de renda a agricultura, desenvolvem também a criação de diversos animais, artesanato, e processamento de produtos coloniais de agroindústria caseira além de engajarem-se, eventualmente, em atividades não agrícolas ou disporem de outras fontes de renda externas às unidades produtivas.

No sistema de produção, destinam uma área de a 0,5 a 2 ha para o cultivo da uva, formando pequenos parreirais.

No que se refere a produção agroindustrial, quatro (4) dos produtores entrevistados produzem exclusivamente vinho enquanto cinco (4) associam a produção de vinho à cachaça e o restante associa o vinho a outros produtos (queijo, açúcar mascavo, geléia, vinagre ou salame).

O Fluxograma apresentado na Figura 2 mostra as características gerais da produção de vinho.



Começou a produzir em 1970.

Local próprio para armazenamento (mais frio) onde guarda o vinho que produz.

Armazena em bombonas de plástico e em pet. 2 litros e possui pipas de madeira especial para o "curtimento" do vinho.

Atribui as seguintes qualidades a seu vinho: é doce e sem conservantes, têm bolha como gás de refrigerante.

Comercialização: não apresentou nenhuma modificação na procura, porém pretende aumentar comércio

Restrições: Necessidade de registro e código de barras, sem isso se torna difícil a comercialização em grandes mercados.

Perspectivas: Pretende com os anos ampliar a produção pois existem poucos produtores de uva no município de Agudo.

Figura 2: Características gerais da produção de vinho na Quarta Colônia, RS.

O grau de representatividade deste caso pode ser observado com consulta aos dados apresentados na Tabela 2. Nela observa-se que a grande maioria dos entrevistados (9) utiliza-se exclusivamente de uva própria enquanto o restante complementa com compra de terceiros ou vizinhos. As quantidades de vinho produzidas variam de 300 a 10.000 litros, com 8 entrevistados produzindo até 3.000 litros/ano. A comercialização do vinho se faz exclusivamente com venda direta ao consumidor, que busca o produto na propriedade (8 casos) ou associando-a a outros canais de comercialização (feiras, atravessadores, pequeno comércio), obtendo-se mais frequentemente R\$ 2,50/ litro.

Tabela 2: Características da produção agroindustrial de vinho na Quarta Colônia, RS

Casos	Início da atividade	Origem da receita	Escala de Produção (litros)	Origem da matéria prima	Comercialização	Preços R\$
1.	Não declarado	Familiar	1.000	Uva própria	Venda na propriedade	2,25
2.	2004	Cursos	Em formação	Uva própria	Venda na propriedade	2,50
3.	2001	Familiar+curso	4.000	Uva própria+uva comprada	Venda na propriedade	2,50
4.	1970	Familiar	300	Uva própria + uva comprada	Venda na propriedade	6,0*
5.	1989	familiar	10.000	Uva própria e de vizinhos	Venda na propriedade	2,0
6.	1996	Familiar+curso	800	Uva própria+uva comprada	Venda na propriedade	2,1
7.	1950	familiar	1000.	Uva própria	Venda na propriedade	5,0
8.	1995	Familiar	800	Uva própria	Feira livre	3,0
9.	1993	Familiar+curso	10.000.	Uva própria	Propriedade + peq. Mercados + casa na cidade + entrega direta ao consumidor.	3,0
10.	1994	Familiar	10.200	Uva própria	Venda na propriedade e pequenos mercados.	2,5
11.	1965	Familiar	1.200.	Uva própria	Venda na propriedade e consumo	2,5
12.	1996	Familiar	2.800.	Uva própria	Venda na propriedade	2,5
13.	1970	Cursos+amigo	3.000.	Uva própria	Pequenos mercados, e na propriedade	3,25

* Possivelmente refere-se a valor recebido por 2 litros de produto.

Assim, observa-se que a produção de vinho na Quarta Colônia é realizada em escala artesanal, com comercialização eminentemente informal e está associada a outras atividades geradoras de renda. A produção de vinho se mostra dinâmica na medida em que novos agricultores vem se inserindo na atividade e realizam cursos para aperfeiçoar a qualidade do produto.

4. Perfil do produtor e perspectivas da produção agroindustrial de vinho na Quarta Colônia

Ao examinar-se as particularidades da região sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola ressaltam-se as limitações ambientais e da estrutura agrária. Um dos principais problemas identificados, que já foi salientado no processo histórico, é a estrutura agrária predominante na região. Existem famílias numerosas com uma pequena área de cultivo, verifica-se a constituição de novas famílias descendentes de imigrantes já sem posse de terra, bem como existem aquelas famílias totalmente desprovidas de terra para trabalhar e que, pela disponibilidade de mão de obra familiar, cultivam o fumo, por exemplo, em parceria, entrando com o trabalho e a divisão das despesas (insumos, transporte, etc.). Se forem acrescentadas as restrições de uso devido a topografia (inclinada) e condições do solo (elevado grau de pedregosidade) percebe-se que a problemática de acesso à terra é ainda mais crítica. Apesar destas restrições, a produção agropecuária ainda é a base da economia local, como evidenciado na Tabela 3

Tabela 3: PIB agrícola e PIB industrial dos municípios da Quarta Colônia, RS

Município	Valor adicionado na indústria (R\$ 1.000)	Valor adicionado na agropecuária (R\$1.000)
Agudo	48.223	67.143
Dona Francisca	6.132	12.437
Faxinal do Soturno	10.138	12.831
Ivorá	6.152	10.014
Nova Palma	6.724	28.668
Pinhal Grande	49.548	27.045
Restinga Seca	51.566	63.620
São João do Polêsine	2.926	8.862
Silveira Martins	1.518	9.614

Fonte: IBGE, 2002.

É neste contexto que a produção agroindustrial de produtos diferenciados com inserção em nichos de mercado tem sido apresentada como alternativa para estes agricultores. Tal iniciativa, em princípio, revela-se interessante na medida em que possibilita geração de trabalho e renda de modo descentralizado e compatível com as características agroecológicas e de estrutura agrária local.

Dentre os produtos da agroindústria, a produção de vinho faz parte da tradição de muitas famílias e se destaca como um dos principais geradores de renda para a agricultura familiar.

Considera-se que o problema principal com que os produtores se defrontam é definir exatamente para que tipo de mercado direcionar a linha de produção, devido a que cada mercado tem as suas características específicas, sejam elas de qualidade, certificação, e diferentes perfis de consumidores (VIEIRA, 1998).

Tal decisão requer um diagnóstico que elucide os condicionantes colocados para a consolidação dos empreendimentos em cada um destes mercados. A necessidade de se adaptar às exigências que a política fiscal promove, por exemplo, tem sido uma das principais barreiras de acesso aos mercados formais. Diversos autores enfatizam as restrições colocadas por uma legislação orientada para grande escala de produção e um elevado tempo entre produção e consumo (PREZOTTO, 1999; GUIMARÃES, 2001). Por outro lado, manter-se na informalidade, sem controle nas diversas fases de produção faz com que os produtos não possam abarcar mercados maiores ou com melhores condições remunerativas.

Neste contexto, em que a legalização da agroindústria também implica num investimento significativo por parte do produtor, este se sente inseguro quanto a questão: vale a pena? Vale a pena investir na infra-estrutura e na formalização do negócio ?

Alguns autores pensam que, por si, a produção agroindustrial "colonial", já tem conquistado um mercado significativo junto aos consumidores (passando a imagem de produtos naturais, sem conservantes, ou seja de saúde) e que não precisa de outro tipo de expansão nesse segmento. Ou seja, entendem que as pequenas agroindústrias coloniais não teriam dificuldades de se consolidar. Outros autores entendem que a formação de uma agroindústria implica ter que enfrentar as grandes empresas que tem uma escala de produção milhares de vezes maior e que o sistema legal sempre tende a beneficiar esse tipo de empresas. Por outro lado, a agroindustrialização implica uma especialização relativa (e consequentemente maiores riscos) para sistemas de produção atualmente diversificados. Ou seja, é necessário reconhecer que os altos investimentos propostos representam aos agricultores familiares em seu projeto de implantação de agroindústrias familiares, um conjunto de fatores que desagregam seu sistema de produção. Tal acontece porque o aumento de escala para compensar investimentos, custos operacionais e encargos, gera uma competitividade interna por recursos dentro da unidade de produção, leva à necessidade de ampliar mercado além do anteriormente consolidado e desafia a assumir tarefas de industrialização e comercialização com suas competências específicas e diferenciadas da mera produção agrícola.

Este confronto de posições entre autores revela as potencialidades e limites das agroindústrias familiares ressaltando a necessidade de uma política pública de estímulo, que dê prioridade a essa produção, viabilizando sua inserção nos mercados. Isso pode ser alcançado mediante uma espécie de certificação para pequenos produtores, que permita não só um crescimento da produção e da venda,

atingindo outros nichos de mercado, mas também um aumento na produtividade, e assim um crescimento em todos os sentidos da economia regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLEGARO, I. do C. **Estratégias de sobrevivência familiar em pequenas propriedades rurais** – Três Barras (RS). 1989. 224f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1989.

FROEHLICH, J. M.; ALVES, H. F. I. Novas Identidades, Novos Territórios – aproveitando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Passo Fundo, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER, 2005. 1 CD.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**: Guia Metodológico. Brasília: Convênio INCRA FAO, sd.

GUIMARÃES, G. M. **A Legislação Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal**- O Caso das Agroindústrias de Pequeno Porte. 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

ITAQUI, J. Introdução. In: ITAQUI, J. (Org.) **Quarta Colônia**: inventários técnicos. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

MALUF, R. Mercados Agroalimentares e a Agricultura Familiar no Brasil: Agregação de Valor, Cadeias Integradas e Circuitos Regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, n. 1, Abril de 2004.

MIOR, I. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NEUMANN, P. S. O processo de diferenciação econômica do espaço rural e dos agricultores na região central do RS. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**: estudos a partir da região central do RS. Ijuí: Ed. Da UNIJUI, 2004. p.55- 103

PESAVENTO, S. J. **RS: Agropecuária Colonial & Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PREZOTTO, L. **A Agroindústria Rural de Pequeno Porte e o seu Ambiente Institucional Relativo à Legislação Sanitária**. 1999. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Curso de Pós-graduação em Agroecossistemas, UFSC, 1999.

PREZOTTO, L. L. Qualidade ampla: Referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. Colóquio Internacional sobre Transformações Territoriais, 3, 2000. **Anais....** Florianópolis: UFSC, 2000.

PREZOTTO, L. L. Legislação Sanitária: limitações e possibilidades para a pequena agroindústria. In: "VII Curso de implementação de programas de verticalização da pequena produção familiar". **APROVE**. Brasília/DF, agosto de 2002. p 10-24.

VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria Familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. VII, n. 1, p.11-23, Jan./Mar. 1998.

ZAGO, H. K. **A Importância da Agroindústria Caseira de Produtos de Origem Animal para a Agricultura Familiar de Arroio do Tigre-RS**. 2002. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2002.